

EY: “ESG será estrutural na estratégia, propósito e cultura dos líderes”

25 de Fevereiro, 2022

“O posicionamento perante o ESG (Environmental, Social and Governance) deverá ser estrutural e os objetivos cada vez mais ambiciosos, tornando-se uma base de diferenciação no mercado. Não há mais espaço para abordagens incrementais em relação a esta temática”. Quem é o diz é Miguel Cardoso Pinto, EY-Parthenon Leader, na 3.ª edição do estudo “Conhecer os desafios ajuda a encontrar o caminho?”. Os resultados desta estudo, lançado pela EY, foram conhecidos esta sexta-feira.

Para além da antevisão que é feita dos principais desafios para Portugal em 2022, ano em que os temas ESG integraram definitivamente o foco da estratégia, da cultura e do propósito das empresas que pretendam liderar os seus setores de atividade, a EY aborda, no mesmo estudo, temas como o greenwashing e a taxonomia.

O estudo dá também ênfase às situações de condições climáticas extremas que mudaram a vida de milhões pessoas nos últimos dois anos (como inundações, tempestades em Espanha, Alemanha e na China, incêndios no sul da Europa), assim como o “Overshoot Day”, data em que a humanidade consome todos os recursos naturais que o planeta pode renovar durante um ano (dia em que o planeta entra matematicamente num processo degenerativo) e que ocorreu a 29 de julho em 2021, registando-se uma regressão para valores semelhantes ao período pré-Covid.

“As organizações que não estiverem alinhadas com estes princípios e respetiva urgência estarão a compactuar, perante todos, com um processo de destruição global (e organizacional). Investidores, consumidores, organizações não governamentais, reguladores, e muitas organizações, entre outros, sabem disto”, lê-se na análise da EY, partilhada pela consultora num comunicado.

Para Miguel Cardoso Pinto, “o ESG será estrutural na estratégia, propósito e cultura dos líderes. Os grandes vencedores do futuro serão aqueles que conseguirem crescer e diferenciar o seu negócio em linha com os princípios fundamentais de ESG”.

O presente estudo refere o recente “EY CEO Outlook Survey 2022”, que demonstra que “82% dos CEO identificaram fatores ESG como importantes ou extremamente importantes para a sua tomada de decisão”. No entanto, subsiste alguma “resistência” a esta mudança de foco, com “21% dos CEO a revelarem que os investidores não demonstram o apoio necessário aos investimentos no longo prazo e que ainda se fixam nos resultados trimestrais”. Ainda assim, “o mercado financeiro tem dado sinais claros que o investimento com foco ESG cresce fortemente”, com a Bloomberg a estimar que “os ativos ESG caminham para atingir um valor de 53 biliões de dólares em 2025, o que representaria

um terço dos ativos globais sob gestão”, refere a análise da EY.

O estudo da EY destaca também que “as organizações que entreguem valor nas dimensões Consumidor, Humana e Sociedade vão gerar valor Financeiro como resultado e não como um objetivo a`partida”.

De acordo com Manuel Mota, Climate Change & Sustainability Services Leader EY, “o conjunto de processos de tomada de decisão vai impactar de forma crescente o nível de confiança dos stakeholders. Torna-se imperativo que a informação utilizada seja robusta, credível e cada vez mais direcionada aos públicos alvo. Isto implica que se integrem cada vez mais aspetos que até agora eram tratados de forma separada, e que se monitorize, trate e analise informação não financeira com o mesmo rigor da financeira”.

O especialista em sustentabilidade da EY verifica que existe atualmente um “*ripple effect*” de reorientação dos fluxos de capital para atividades mais sustentáveis: “Este efeito gerado pelo conjunto das novas exigências legais relativas aos aspetos ESG, com impacto direto no setor financeiro, juntamente com o poder de influência de grandes gestores de capital a nível mundial, passam rapidamente para as grandes empresas transformadoras e pelos seus fornecedores, impactando assim a vida de todos os cidadãos”.

No que respeita aos desafios para a descarbonização, o estudo da EY indica que, enquanto instrumentos de mitigação da escassez de recursos naturais e de combate às alterações climáticas, as estratégias de descarbonização e transição energética implementadas ao nível empresarial são cada vez mais uma “vantagem competitiva” na forma como as empresas operam e se posicionam no mercado.

São vários os desafios que levam hoje as empresas a integrar nas suas estratégias de negócio e de operação a preocupação pela neutralidade carbónica. A EY destaca desafios como os regulatórios (desde novas obrigações de reporte, evolução do Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) e novos mecanismos de carbon pricing), económicos e financeiros (incluindo a eficiência e sustentabilidade dos negócios, as novas cadeias de produção, a resposta a`alteração dos padrões de consumo, o posicionamento no mercado e as novas oportunidades de financiamento/incentivos), tecnológicos e de conhecimento (desde a I&D e inovação tecnológica “smart” até às plataformas colaborativas e de comunicação, a`atração de talento e de novas competências, às novas iniciativas empresariais e coletivas carbon neutral, a`educação e consciencialização da população e ao aumento do *engagement* dos colaboradores), ou reputacionais (nomeadamente a crescente pressão dos stakeholders e investidores – como a *Task force for Climate-related Financial Disclosure* – e a cultura empresarial de maior responsabilidade social e corporativa).

A análise da EY identifica ainda um conjunto alargado de instrumentos financeiros públicos nacionais e europeus que atualmente podem ser mobilizados para a promoção da descarbonização ao nível empresarial. Dos apoios ao investimento já disponíveis a nível nacional, destacam-se os avisos abertos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para a componente da descarbonização do setor industrial. “Acrescem, ainda, outras

formas de financiamento também disponíveis no mercado para empresas que queiram investir na descarbonização, nomeadamente o *crowdfunding* (financiamento colaborativo), as *green bonds* (obrigações verdes) e outros instrumentos financeiros direcionados para o financiamento de capital e dívida”, refere o estudo.

Em análise ao efeito *greenwashing*, a injustificada apropriação de virtudes ambientalistas, a EY considera que o uso excessivo de termos como “sustentável”, “eco” e “de origem natural”, sem qualquer explicação ou evidência, o recurso a marcas “eco” próprias e rotulos que não estão associados a organizações credenciadas, ou, ainda, a omissão de informação (como os níveis de poluição de um produto, por exemplo), são apenas algumas das táticas usadas que contribuem para a desinformação, induzindo os consumidores em erro.

“O surto de *greenwashing* dos últimos anos, o qual levou já várias empresas a serem processadas por publicidade sustentável enganosa, tem despertado a atenção para o problema. Várias entidades, incluindo recentemente a *UK Competition and Markets Authority*, têm vindo a aumentar os esforços de controlo e regulamentação com respeito à informação vinculada de credenciais ESG, tendência esta que irá continuar em 2022”, aponta a análise da EY.

Já a Taxonomia, segundo o estudo da EY, promove a criação de uma linguagem comum entre investidores e empresas, um dialeto único que possibilita uma comunicação mais credível, conferindo uma maior certeza e comparabilidade, no momento da tomada de decisão dos investimentos.

Para os especialistas da EY, a Taxonomia, enquanto instrumento de transparência e de base científica, configura um facilitador da transição necessária, e vem disponibilizar a empresas e investidores, um conjunto de critérios de classificação objetivos, que permitem identificar as atividades económicas consideradas sustentáveis, e que contribuem para dar resposta aos desafios climáticos e sociais (em linha com os objetivos do Pacto Ecológico Europeu). “O estabelecimento destes critérios, já há muito esperados, promove a criação de uma linguagem comum entre investidores e empresas, um dialeto único que possibilita uma comunicação mais credível, conferindo uma maior certeza e comparabilidade, aquando da avaliação e tomada de decisão dos investimentos”, refere o estudo.

A EY lembra que Taxonomia entrou em vigor a 1 de janeiro de 2022, através do Ato Delegado que define o conjunto de critérios técnicos de avaliação que identificam as atividades que contribuem significativamente para os dois objetivos climáticos: adaptação e mitigação das alterações climáticas. Durante este ano, irão ser publicados o conjunto de critérios técnicos para os restantes quatro objetivos ambientais, que vigorarão a partir de 1 de janeiro de 2023.

“Num contexto em que urge todos, sem exceção, passarem das palavras à ação, tornar um negócio mais sustentável pode, no curto prazo, traduzir-se para muitas empresas numa maior ou menor facilidade de acesso a capital (e pelo menor ou maior custo a que este vai ser obtido), mediante a avaliação do seu estado de maturidade de sustentabilidade, por parte da instituição

financeira. Atualmente, muitos são os mecanismos de financiamento associados a critérios ESG, que poderão vir a ser complementados pela análise da elegibilidade e alinhamento com a taxonomia, facilitando a transição”, aponta o mesmo estudo.

```
[button  
link="https://assets.ey.com/content/dam/ey-sites/ey-com/pt_pt/news/2022/ey-de  
safios-2022-  
esg.pdf?mkt_tok=NTIwLVJYUC0wMDMAAAGCzxVtMSohEuN1ngJFTGzd065XrXddnht3vdBeJ4vfH  
C7Zzn_ANvCrPopdWCS4wPRf7YLTVprspjY_d9lUcb0F_DhsRGqQLvJOIB55ej3wc0TYDto"  
icon="Select a Icon" side="left" target="" color="a9b7a1"  
textcolor="ffffff"]Conhecer os desafios ajuda a encontrar o caminho?[/button]
```